

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

- 1.1. Constituições Republicanas.
- 1.2. A nova ordem constitucional no Brasil. Constituição Federal de 1988.
- 1.3. Princípios constitucionais fundamentais.
- 1.4. Direitos e garantias fundamentais.
- 1.5. Leis nºs 1.711/52, 8.027/90 e 8.112/90.
- 1.6. Lei nº 9.784/99 (Regula o Processo Administrativo).
- 1.7. Jurisprudência e doutrina.

2. DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO

- 2.1. O dever de apurar irregularidades.
- 2.2. Considerações. Requisitos básicos. Distinção. Do registro da ocorrência do fato. 2.3. Responsabilidade. Definição. Da estrutura administrativa para processar.
- 2.4. Instauração de Apuração Disciplinar Simplificada ou Apuração de Responsabilidade. Distinção.
- 2.5. Denúncia caluniosa. Aspectos legais.
- 2.6. Jurisprudência e doutrina.

3. SINDICÂNCIA

- 3.1. Conceito. Instauração. Competência. Composição. Prazo.
- 3.2. Procedimentos. Ampla defesa. Contraditório processual.
- 3.3. Relatório. Abrangência. Providências.
- 3.4. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

4. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

- 4.1. Conceito.
- 4.2. Instauração. Competência. Composição. Impedimento. Suspeição. Prazo.
- 4.3. Fases.
- 4.4. Procedimentos. Produção probatória. Depoimentos. Diligências. Perícias. Ampla defesa. Contraditório processual.
- 4.5. Acusação formal. Tipificação da infração disciplinar. Ilícitos e sanções disciplinares. 4.6. Relatório. Abrangência. Requisitos. Conclusão.
- 4.7. Processo Administrativo Disciplinar Específico – Rito Sumário (abandono de cargo, inassiduidade habitual e acumulação de cargos).

5. QUESTÕES DIVERSAS

- 5.1. Prescrição. 5.2. Jurisprudência do STJ e STF.
- 5.3. Reflexos do ilícito administrativo. Responsabilidade Civil, Criminal e Eleitoral.
- 5.4. Lei nº 9.784/99 (Regula o Processo Administrativo).
- 5.5. Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa).